

SUMÁRIO

NOTA DA AUTORA.....	9
---------------------	---

1

O Direito Comercial – Introdução

1.1	Dicotomia do direito privado.....	21
1.2	Origem e evolução do direito comercial.....	22
1.3	Fatores que vão determinar o surgimento do direito comercial como direito autônomo na Idade Média	24
1.4	O direito comercial na sua origem.....	26
1.5	Evolução do direito comercial.....	26
1.6	O direito comercial no Brasil.....	28
	SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR	30

2

Autonomia do direito comercial

2.1	Antecedentes.....	31
2.2	A doutrina e seus argumentos.....	33
2.3	O objeto do direito comercial – Ato de comércio e atividade comercial	35
2.4	A doutrina do ato de comércio.....	37
2.5	Síntese perante o tópico.	40
2.6	Âmbito do Direito Comercial e características	41
2.7	A interação entre o Direito Comercial e outros ramos do direito..	43
2.8	Fontes do Direito Comercial.....	44
2.9	Os usos e costumes em espécie	45
2.10	Os princípios do Direito Comercial.....	46
2.11	A boa-fé nas relações comerciais.....	48
	SUGESTÃO PARA LEITURA COMPLEMENTAR.....	49

3

Atividade econômica e atividade empresarial (comercial e civil)

3.1 Atividade: atos de administração ordinária e extraordinária	51
3.2 Disciplina jurídica da atividade	53
3.3 Atividade econômica e atividade econômica empresarial.....	54
3.4 Atividades civis e comerciais	54
3.5 Atividades empresariais sujeitas à autorização administrativa	58
3.6 A atividade econômica exercida pelo Estado e seu declínio.....	59
SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR	60
JURISPRUDÊNCIA.....	60

4

O empresário

4.1 A empresa, o mercado e o empresário	63
4.2 A empresa e o mercado	65
4.3 O empresário.....	67
4.3.1 O empresário	67
4.3.2 O empresário comercial. Noção ultrapassada.....	68
4.4 Quem pode ser empresário no Brasil	69
4.4.1 O comerciante e o menor comerciante. Questão ultrapassada	69
4.4.2 A mulher casada comerciante.....	70
4.4.3 Os impedidos de comerciar	70
4.4.4 O empresário estrangeiro.....	73
4.5 O empresário irregular ou impedido legalmente.....	74
4.6 O empresário e o pequeno empresário.....	76
SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR	77
JURISPRUDÊNCIA.....	78

5

O regime jurídico particular do empresário

5.1 O regime especial	79
5.1.1 O registro da atividade	79
5.1.2 A obrigação de conservar os documentos referentes ao exercício da empresa	80
5.1.3 O dever de publicar os resultados financeiros.....	81
5.2 Os livros empresariais.....	82
5.3 Requisitos extrínsecos.....	83

5.4	Requisitos intrínsecos	83
5.5	A prova com base nos livros empresariais.....	85
5.6	O sigilo dos livros empresariais e sua exibição em juízo	86
5.7	O registro público de empresas mercantis.....	88
	SUGESTÃO PARA LEITURA COMPLEMENTAR.....	89
	JURISPRUDÊNCIA.....	89

6

Colaboradores e auxiliares do empresário

6.1	Os anteriores auxiliares do comerciante	91
6.2	Os colaboradores do empresário – Os contratos de distribuição ...	92
6.3	Auxiliares do comércio: trapicheiros, administradores de armazéns de depósito e comissários de transporte.....	94
6.3.1	O comissário de transporte e o transportador.....	94
6.3.2	A legislação complementar.....	96
6.3.3	Obrigações do transportador	96
6.3.4	O contrato e sua prova – O conhecimento de transporte...	97
6.3.5	A responsabilidade do transportador	100
6.3.6	Os trapicheiros e os administradores de armazéns de depósito	101
6.4	Auxiliares do empresário: os gerentes, os contabilistas e demais colaboradores	104
	SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR	106
	JURISPRUDÊNCIA.....	106

7

As praças de comércio e os ofícios públicos empresariais

7.1	As praças de comércio (Bolsas de Valores e de Mercadorias)	109
7.1.1	A orientação legal.....	109
7.1.2	A expressão Bolsa e seu significado	110
7.1.3	Heterorregulação e autorregulação.....	110
7.1.4	Os sistemas	112
7.1.5	Natureza jurídica.....	112
7.1.6	A cotação	113
7.1.7	A história	114
7.2	Ofícios públicos empresariais: os corretores	115
7.2.1	Os corretores	115
7.2.2	Deveres dos corretores	124
7.2.2.1	Garantir o exercício profissional	124

7.2.2.2	Manter assentamento metódico das operações realizadas.....	124
7.2.2.3	Ter os livros necessários para o exercício profissional	124
7.2.2.4	Atuar conforme as instruções recebidas e no interesse do cliente.....	125
7.2.2.5	Diligenciar para a boa execução do contrato até a liquidação final das operações.....	126
7.2.2.6	Dever de sigilo	126
7.2.3	Impedimentos e vedações	127
7.2.4	Problema: a natureza do contrato de corretagem	128
7.3	Ofícios públicos empresariais – Os leiloeiros	131
	SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR	132
	JURISPRUDÊNCIA.....	132

8

O instrumento para o exercício da atividade empresarial – O estabelecimento empresarial

8.1	Empresa, empresário e estabelecimento.....	135
8.2	O estabelecimento e o patrimônio do empresário.....	136
8.3	O aviamento.....	138
8.4	A cláusula de interdição da concorrência	139
8.5	A clientela e o aviamento	141
8.6	Clientela e freguesia.....	142
8.7	Natureza jurídica da clientela	142
8.8	Natureza jurídica do estabelecimento empresarial.....	143
8.9	O estabelecimento como objeto unitário de negócios jurídicos....	144
8.10	Pluralidade de estabelecimentos	145
	SUGESTÃO PARA LEITURA COMPLEMENTAR.....	146
	JURISPRUDÊNCIA.....	146

9

Elementos do estabelecimento

9.1	A categoria dos bens imateriais.....	149
9.2	Divergências doutrinárias	150
9.3	O direito ao local ou ao ponto de negócio – A propriedade comercial	152
9.4	A tutela dos sinais distintivos.....	154
9.4.1	O nome empresarial	154

9.4.2 O título e a insígnia do estabelecimento	156
9.4.3 As marcas de produtos e serviços	158
9.4.4 As expressões ou sinais de propaganda.....	168
9.5 As criações intelectuais na empresa.....	169
9.6 O segredo de fábrica.....	170
SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR	171
JURISPRUDÊNCIA.....	171

10

Sociedades

10.1 Objeto social e interesse social.....	175
10.2 O interesse social nas sociedades contratuais e naquelas qualificadas de capitais ou institucionais. O objetivo social nas associações.....	176
10.3 A contribuição dos sócios – A comunhão societária.	177
A. Colocação da questão.....	177
B. A <i>societas</i> romana.....	178
C. Modalidades	179
D. A <i>societas publicanorum</i>	180
E. A família e o <i>peculium</i>	181
F. Comunhão e sociedade	181
10.4 A disciplina geral – A sociedade simples.....	182
A. Gênese.....	182
B. A sociedade simples no modelo suíço.....	182
C. A sociedade simples no direito italiano.....	185
D. A sociedade simples e normas gerais aplicáveis às sociedades contratuais.....	187
10.5 Disciplina geral – A proibição de contratos leoninos.....	188
10.6 Direitos dos sócios.....	190
10.6.1 Fiscalizar a gestão.....	190
10.6.2 Participar dos lucros sociais.....	192
10.6.3 Votar nas deliberações sociais.....	192
10.7 Deveres dos sócios – A <i>affectio societatis</i>	192
10.8 O patrimônio social – A autonomia patrimonial relativa.	193
10.9 A sociedade como contrato – O contrato plurilateral	196
10.10 Requisitos do contrato de sociedade.....	198
10.11 A publicidade do contrato de sociedade	201
10.12 Sociedades irregulares e de fato.....	202
10.13 A sociedade fictícia e a sociedade unipessoal	204
10.14 As sociedades empresariais	207

SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR.....	209
JURISPRUDÊNCIA.....	209

11

Classificação das sociedades: sociedades de pessoas e de capitais. Princípios gerais

11.1 Classificação das sociedades.....	211
11.1.1 Conforme o grau de responsabilidade dos sócios.....	211
11.1.2 Tendo em vista a contribuição pessoal dos sócios.....	212
11.1.3 Tendo em vista o ato de fundação da sociedade.....	212
11.1.4 Quanto à atribuição de personalidade jurídica.....	213
11.2 Características gerais das sociedades de pessoas contratuais ou de responsabilidade ilimitada.....	214
11.3 A permanência das sociedades de pessoas perante o direito comparado.....	216
11.4 Características gerais das sociedades de capitais, institucionais ou estatutárias.....	218
11.5 As sociedades de pessoas ou contratuais em espécie.....	218
11.5.1 A sociedade em nome coletivo.....	218
11.5.2 A sociedade em nome coletivo perante o direito comparado atual.....	221
11.5.3 A orientação do CC/2002.....	226
11.5.4 A sociedade em comandita simples.....	227
11.5.5 A sociedade simples como meio para uma sociedade de capital e serviços.....	229
11.6 A sociedade em conta de participação.....	232
11.6. As sociedades cooperativas.....	238
SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR.....	242
JURISPRUDÊNCIA.....	242

12

A sociedade limitada

12.1 Da origem aos nossos dias.....	245
12.1.1 Antecedentes.....	245
12.1.2 A Lei de 1892.....	246
12.1.3 As dificuldades do modelo acolhido.....	249
12.1.4 Os defeitos do Decreto 3.708/1919.....	251
12.1.5 Evolução legislativa das sociedades por quotas de responsabilidade limitada. As tendências de reforma.....	251
12.2 As sociedades limitadas na atualidade.....	252

12.2.1 O regime das quotas no direito brasileiro.....	256
12.2.2 O capital social	259
12.2.3 A limitação da responsabilidade ao montante do capital subscrito e a solidariedade interna. Aportes extraordinários.....	261
12.2.3.1 A limitação da responsabilidade e a solidariedade interna	261
12.2.3.2 As prestações suplementares e as obrigações sociais acessórias.....	261
12.2.4 A proibição da formação do capital por subscrição pública.....	264
12.2.5 O emprego de firma ou denominação.....	266
12.2.6 A possibilidade de exclusão do sócio faltoso.....	266
12.2.7 A adoção do princípio majoritário para o processo de tomada de decisão.....	268
12.2.7.1 O critério.....	268
12.2.7.2 O direito de recesso.....	270
12.2.8 A não vinculação à atividade empresarial de natureza comercial.....	272
12.2.9 A admissibilidade da participação de incapazes quando não no exercício da gerência.....	273
12.2.10 A possibilidade de os administradores serem terceiros não sócios.....	273
12.2.10.1 As teses: teorias contratualistas e organicistas.....	273
12.2.10.1.1 O gerente mandatário.....	273
12.2.10.1.2 A postura organicista.....	274
12.2.10.2 Administradores.....	276
12.2.10.3 A delegação perante a estrutura orgânica societária	277
12.2.10.4 A estrutura corporativa das sociedades limitadas	278
12.2.10.5 O terceiro delegado nas sociedades limitadas – Questão ultrapassada.....	279
12.2.11 A nomeação dos administradores	280
12.2.12 Responsabilidades dos administradores	281
12.2.13 O conselho fiscal	284
12.3 Questões em aberto.....	285
12.3.1 A possibilidade da emissão de obrigações.....	285
12.3.2 Quotas amortizadas (de fruição).....	287
12.3.3 Quotas preferenciais	287

SUGESTÕES PARA LEITURA COMPLEMENTAR	289
JURISPRUDÊNCIA.....	289

13

Dissolução das sociedades

13.1 Dissociação e dissolução	293
13.2 Dissolução e solução parcial voluntária do vínculo societário.....	293
13.3 Dissolução da sociedade em relação a um só sócio	296
13.3.1 A retirada voluntária	296
13.3.2 A morte de sócio	297
13.3.3 A exclusão de sócio por falta grave no cumprimento das suas obrigações ou por incapacidade superveniente.....	298
13.3.4 Falência do sócio ou execução dos seus lucros.....	300
13.4 Hipóteses de dissolução total	300
13.4.1 A falta da pluralidade de sócios se não reconstituída no prazo de oitenta dias	300
13.4.2 A extinção da autorização para funcionar	301
13.4.3 Por decisão judicial ou construção jurisprudencial.....	301
13.5 A forma.....	302
13.6 Obrigações e direitos dos sócios na dissolução	303
13.7 A liquidação da sociedade	305
13.8 Deveres do liquidante.....	307
SUGESTÃO PARA LEITURA COMPLEMENTAR.....	309
JURISPRUDÊNCIA.....	309

14

Concentração de poder econômico e grupos não acionários

14.1 Antecedentes.....	311
14.2 O processo de concentração empresarial	311
14.3 A transformação	312
14.4 Incorporação, fusão e cisão – Procedimentos – Etapas.....	314
14.4.1 Regras comuns.....	314
14.4.2 Regras específicas.....	315
14.5 Incorporação, fusão e cisão no CC 2002.	316
14.5.1 Antecedentes.....	316
14.5.2 A incorporação.....	317
14.5.3 A fusão	317
14.6 Grupos de sociedades não acionários – Concentração na pluralidade.....	318

a) Antecedentes.....	318
b) Tratamento dos grupos de sociedades no direito brasileiro	319
A. Na lei acionária	319
B. Grupos de subordinação	321
C. Grupos de coordenação (consórcio)	322
D. Sociedades coligadas.....	322
14.6.3 Grupos não acionários.....	322
14.6.3.1 Generalidades	322
14.6.3.2 Grupos de subordinação	323
14.6.3.3 A criação de grupos de "fato" e de "direito" não	
acionários.....	324
14.6.3.3.1 Grupos não acionários de subordinação "de fato" ..	325
14.6.3.3.2 Grupos não acionários de subordinação "de	
direito"	326

15

A Teoria da desconsideração da personalidade jurídica

15.1 A pessoa jurídica – Teorias	329
15.2 A personalidade jurídica e as sociedades de pessoas com	
autonomia patrimonial relativa	330
15.3 A superação da personalidade jurídica em casos especiais	332
SUGESTÃO PARA LEITURA COMPLEMENTAR.....	337
JURISPRUDÊNCIA.....	337

BIBLIOGRAFIA.....	341
-------------------	-----

OUTRAS OBRAS DA AUTORA.....	351
-----------------------------	-----